



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. Informações Básicas

1.1. Processo Digital nº 1983/2026

1.2. Objeto

Aquisição de mobiliário escolar

2. Designação da Equipe de Elaboração

Servidor: Alan Luiz Griebeler

Designação: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

3. Fundamentação Legal

A presente contratação fundamenta-se:

- **Lei Federal nº 14.133/2021** – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- **Decreto Municipal nº 95/2023** – Elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP.
- **Decreto Municipal nº 96/2023** – Procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços.
- **Decreto Municipal nº 107/2023** – Regulamenta, no âmbito municipal, as sanções administrativas.
- **Decreto Municipal nº 91/2023** – Funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, da atuação da advocacia pública e do controle interno nas licitações e contratações, no âmbito da administração pública municipal.
- **Portaria Municipal nº 030/2025**– Nomeação de fiscais e gestores.
- **Lei Municipal nº 1229/2025** - Institui a Política Municipal de Compras Públicas do Município de Sulina e institui o “**Programa Compras Municipais**”, para fins de operacionalização da referida Política Municipal.
- **Decreto Municipal nº 98/2025** - Regulamenta o “Programa Compras Municipais”, referente a Política Municipal de Compras Públicas do Município de Sulina e dispõe sobre a elaboração e divulgação do Plano de Contratações Anual, para fins de concretização do referido programa.



4. Descrição da Necessidade e Justificativa

A presente contratação tem como objetivo a aquisição de mobiliário escolar destinado às unidades da rede municipal de ensino, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Educação. Conforme identificado no Documento de Formalização de Demanda, há necessidade de reposição e complementação do mobiliário existente, tendo em vista o desgaste natural decorrente do uso contínuo e intensivo ao longo do ano letivo.

O mobiliário escolar é elemento essencial para o adequado funcionamento das atividades pedagógicas, sendo utilizado diariamente por alunos e profissionais da educação. Em razão da utilização frequente, associada às características próprias da faixa etária dos estudantes, observa-se deterioração acelerada dos bens, o que compromete sua funcionalidade, ergonomia e segurança. Assim, a substituição periódica e a aquisição de novos itens tornam-se indispensáveis para garantir condições adequadas de ensino.

Além disso, foi constatado que diversas unidades escolares apresentam mobiliários danificados, insuficientes ou inadequados, tanto em salas de aula quanto em ambientes complementares, como refeitórios e espaços administrativos. Tal cenário impacta diretamente na qualidade do ambiente escolar, podendo prejudicar o processo de ensino-aprendizagem, bem como as condições de trabalho dos profissionais da educação.

Dessa forma, a aquisição do mobiliário escolar visa assegurar melhores condições de conforto, segurança e acessibilidade aos usuários, contribuindo para a melhoria do desempenho educacional e para a adequada prestação do serviço público de educação. Trata-se, portanto, de uma contratação necessária, alinhada ao interesse público e às diretrizes de qualidade do ensino municipal.

5. Áreas Requisitantes

Área Requisitante	Responsável
Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	Cleilde Fabiane





6. Descrição dos Requisitos

6.1. Da Contratação

A contratação para aquisição de mobiliário escolar deverá observar requisitos técnicos, funcionais, legais e de sustentabilidade, de modo a garantir a adequada utilização dos bens nas unidades da rede municipal de ensino.

Inicialmente, os itens a serem adquiridos deverão atender às especificações padronizadas do programa Proinfância, quando aplicável, garantindo uniformidade, ergonomia e adequação às diferentes faixas etárias dos usuários. Os mobiliários deverão ser novos, sem uso, fabricados com materiais de alta resistência e durabilidade, aptos a suportar uso contínuo e intenso em ambiente escolar, incluindo resistência a impactos, abrasão e movimentação frequente.

No que se refere à qualidade e segurança, os produtos deverão estar em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), incluindo requisitos de ergonomia, estabilidade, resistência estrutural e ausência de riscos aos usuários. Sempre que aplicável, os mobiliários deverão possuir certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) ou atender às regulamentações equivalentes, assegurando padrões mínimos de qualidade e segurança.

Os itens deverão apresentar acabamento adequado, sem arestas cortantes, rebarbas ou quaisquer imperfeições que possam causar acidentes. Além disso, deverão possuir características ergonômicas compatíveis com o uso escolar, promovendo conforto e postura adequada aos estudantes e servidores.

Quanto aos requisitos ambientais, os fornecedores deverão, sempre que possível, comprovar que os materiais utilizados na fabricação dos mobiliários atendem a critérios de sustentabilidade, como uso de madeira de origem legal, materiais recicláveis ou processos produtivos que minimizem impactos ambientais.

No aspecto logístico, a contratada deverá assegurar a entrega dos produtos devidamente embalados, protegidos contra danos durante o transporte, e realizar a entrega nos locais indicados pela Administração, dentro do prazo estipulado. Os itens deverão ser entregues montados ou acompanhados de todos os componentes necessários para montagem, quando for o caso.





Por fim, a contratação deverá observar as disposições da legislação vigente, em especial a Lei nº 14.133/2021, bem como a Lei Municipal nº 1.229/2025 e o Decreto nº 098/2025 (Programa Compras Municipais), garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, com observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e desenvolvimento local.

6.2. Dos Itens

Os requisitos devem seguir o modelo do FNDE, visando assegurar a aquisição de mobiliário escolar de qualidade, em conformidade com padrões técnicos reconhecidos nacionalmente, garantindo segurança, ergonomia e durabilidade, além de promover a padronização dos ambientes escolares e a eficiência na gestão dos bens públicos.

7. Levantamento de Mercado

Será realizado posteriormente, na fase de Solicitação e no Termo de Referência.

8. Estimativa das Quantidades a Serem Contratadas

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Armário de aço alto, dividido verticalmente em dois compartimentos por meio de divisórias com portas independentes, dotado de quatro prateleiras removíveis e ajustáveis em cada compartimento. DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS · Largura: 900 mm +/- 10 mm; · Profundidade: 400 mm +/- 10 mm; · Altura: 1980 mm +/- 10 mm; · Tolerâncias para camada de tinta: mínimo 40 micrometros /máximo 100 micrometros. CARACTERÍSTICAS: · Corpo, divisórias e portas em chapa de aço laminado a frio - chapa 22 (0,75 mm). · Prateleiras e reforço das portas em chapa de aço laminado a frio - chapa 20 (0,90mm). · Base em chapa de aço laminado a frio - chapa 18 (1,25 mm). · Barras de travamento das portas Ø = 1/4" (mínimo). · Dobradiças internas não visíveis na parte exterior do móvel em chapa de aço laminado a frio - chapa 14 (1,9 mm) com no mínimo 75 mm de altura - três unidades por porta. · Maçaneta e canopla inteiramente metálicas, com travamento sistema cremona. · Fechadura de tambor cilíndrico embutida na maçaneta com no mínimo de 4 pinos. · Chaves em duplicata presas às maçanetas correspondentes. · Porta-etiquetas estampado ou sobreposto, sendo este último exclusivamente de liga metálica não ferrosa cromado. · Pintura em tinta em pó híbrida epóxi/ poliéster, eletrostática brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros na cor cinza. GARANTIA: · Mínima	UN	4





	de três anos a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação e oxidação.		
2	<p>CADEIRA GIRATÓRIA - C6 (PROINFÂNCIA) Cadeira giratória estofada com braços e rodízios, dotada de mecanismo amortecedor e regulador do assento e do encosto. DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS: Largura do assento: 500 mm +/- 50 mm; · Profundidade do assento: 460 mm +/- 10 mm; · Altura do assento variável: faixa obrigatória entre 420 mm e 520 mm; · Largura do encosto: 400 mm +/- 10 mm (medida no ponto mais saliente do apoio lombar); · Extensão vertical do encosto: 350 mm +/- 10 mm; · Espessura da espuma do assento: mínima de 40 mm; · Espessura da espuma do encosto: mínima de 30 mm; · Tolerâncias dimensionais para tubos conforme ABNT NBR 6591; · Tolerâncias para camada de tinta: mínimo 40 micrometros /máximo 100 micrometros. CARACTERÍSTICAS: Assento e encosto confeccionados em compensado anatômico moldado a quente, contendo no mínimo sete lâminas internas, com espessura máxima de 1,5mm cada. · Estofamento do assento e do encosto em espuma de poliuretano expandido, colada à madeira e revestida com tecido, na cor cinza, dotado de proteção com produto impermeabilizante hidro-repelente. Faces inferior do assento e posterior do encosto revestidas com capas de plástico injetado, na cor preta. · Fixação do assento e do encosto à estrutura por meio de parafusos com rosca métrica e porcas de cravar. · Estrutura composta de: - Mecanismo de regulagem independente do assento e do encosto; inclinação do encosto variável em pelo menos 22° e do assento em pelo menos 8° com bloqueio em qualquer posição através de sistema de lâminas travadas por contato. Comando por alavanca. - Suporte para regulagem de altura do encosto com curso de 70 mm, dotado de dispositivo de fixação, articulado e com sistema amortecedor flexível. - Coluna de regulagem de altura do assento por acionamento a gás. Curso mínimo do pistão de 100 mm. - Base em formato de estrela com 5 pontas e sistema de acoplamento cônico. Distância entre eixo da coluna e eixo do rodízio igual ou maior que 300 mm. - Rodízios de duplo giro com rodas duplas de 50 mm (mínimo), - Dispositivos de regulagens e alavancas com manoplas em material plástico injetado e desenho ergonômico. · Acabamento das partes metálicas em pintura em pó, brilhante, na cor preta. · Terminações de tubos em plástico injetado, na cor preta, fixadas através de encaixe. Estas não devem poder ser retiradas sem o uso de ferramentas. · Todos os encontros de tubos ou uniões de partes metálicas devem receber solda em toda a extensão da união. GARANTIA · Mínima de dois anos a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação, oxidação das partes metálicas e desgaste ou desprendimento de componentes.</p>	UN	5
3	<p>MESA DE REUNIÃO - M7 (PROINFÂNCIA) Mesa de reunião com tampo retangular ou oval em MDF revestido de laminado melamínico, montada sobre dois pés. DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS: · Tampo retangular: 2000 x 950 mm +/- 50 mm; · Altura: 750 mm +/- 5 mm; · Para acomodação de pessoas em cadeira de rodas (PCR) e atendimento às exigências da ABNT NBR 9050 a mesa deve possuir altura livre sob o tampo: mínima de 730 mm; · Espessura do tampo: 25 mm +/- 0,6 mm; · Tolerâncias para camada de tinta: mínimo 40 micrometros /máximo 100 micrometros. CARACTERÍSTICAS: · Tampo em MDF, com</p>	UN	1





	<p>espessura de 25 mm, revestido na face inferior com laminado melamínico de baixa pressão (BP), e na face superior com laminado melamínico de alta pressão, de 0,8 mm de espessura, cor cinza ou branco, acabamento texturizado. · Bordos encabeçados com perfil extrudado maciço de 180°, na cor cinza ou branco, com a mesma tonalidade do laminado do tampo, admitindo-se pequenas variações decorrentes das características de cada material (brilho, textura). O perfil deve ser encaixado e fixado com adesivo ao tampo, e ser nivelado com as suas superfícies. · Estrutura constituída de: - Estrutura em aço carbono com dois pés, com trava em MDF entre eles. - Fixação do tampo à estrutura através de parafusos de rosca com buchas metálicas. · Sapatas reguláveis em nylon ou polipropileno injetado. · Terminações de tubos em plástico injetado, na cor cinza ou preta, fixadas através de encaixe. Estas não devem poder ser retiradas sem o uso de ferramentas. · Peças injetadas não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção ou partes cortantes. · Acabamento das partes metálicas em pintura em pó, brilhante, na cor cinza ou preta. · Todos os encontros de tubos ou uniões de partes metálicas devem receber solda em toda a extensão da união. GARANTIA: · Mínima de dois anos a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação, oxidação das partes metálicas e desgaste ou desprendimento de componentes.</p>		
4	MESA DE TOTÓ OFICIAL COMPLETA	UN	1
5	<p>MESA PARA REFEIÇÃO - M8 (PROINFÂNCIA) Mesa de reunião com tampo redondo em MDF revestido de laminado melamínico, montada sobre coluna central dotada de quatro pés. DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS DA MESA: · Diâmetro do tampo: 1000 mm +/- 10 mm; · Altura: 750 mm +/- 5 mm; · Para acomodação de pessoas em cadeira de rodas (PCR) e atendimento às exigências da ABNT NBR 9050 a mesa deve possuir altura livre sob o tampo: mínima de 730 mm; · Espessura do tampo: 25,8 mm +/- 0,6 mm; · Tolerâncias dimensionais para tubos conforme ABNT NBR 6591; · Tolerâncias para camada de tinta: mínimo 40 micrometros /máximo 100 micrometros. CARACTERÍSTICAS: · Tampo em MDF, com espessura de 25 mm, revestido na face inferior com laminado melamínico de baixa pressão (Bp), e na face superior com laminado melamínico de alta pressão, de 0,8 mm de espessura, cor cinza, acabamento texturizado. · Bordos encabeçados com perfil extrudado maciço de 180°, na cor cinza, com a mesma tonalidade do laminado do tampo, admitindo-se pequenas variações decorrentes das características de cada material (brilho, textura). O perfil deve ser encaixado e fixado com adesivo ao tampo, e ser nivelado com as suas superfícies. · Estrutura constituída de: - Suporte de sustentação do tampo, confeccionado em tubo de aço laminado a frio, com costura, perfil retangular de 30 x 50 mm, com espessura de chapa mínima de 1,5 mm; - Coluna central fabricada com tubo de aço laminado a frio, com costura, com diâmetro de 3" (polegadas), com espessura de chapa mínima de 1,5 mm; - Pés em número de quatro, confeccionados em tubo de aço laminado a frio, com costura, perfil retangular de 30 x 50 mm, com espessura de chapa mínima de 1,5 mm. · Fixação do tampo à estrutura através de parafusos de rosca métrica M6 com buchas metálicas. · Sapatas reguláveis metálicas, rosca M6, com partes em contato com o piso em plástico injetado. · Terminações de tubos em plástico injetado, na cor preta, fixadas através de encaixe. Estas não devem</p>	UN	11





	poder ser retiradas sem o uso de ferramentas. · Peças injetadas não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção ou partes cortantes. · Acabamento das partes metálicas em pintura em pó, brilhante, na cor cinza. · Todos os encontros de tubos ou uniões de partes metálicas devem receber solda em toda a extensão da união. GARANTIA: · Mínima de dois anos contra defeitos de fabricação a partir da data de entrega, oxidação das partes metálicas e desgaste ou desprendimento de componentes.		
6	MESA TRABALHO - M6 (PROINFÂNCIA) Mesa de trabalho com tampo retangular em MDF revestido de laminado melamínico, montada sobre suporte metálico com dois pés. DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS: Tampo retangular: 1200 x 600 mm +/- 10 mm; Altura: 750 mm +/- 5 mm; Para acomodação de pessoas em cadeira de rodas (PCR) e atendimento às exigências da ABNT NBR 9050 a mesa deve possuir altura livre sob o tampo mínima de 730 mm; Espessura do tampo: 25,8 mm +/- 0,6 mm; Tolerâncias para camada de tinta: mínimo 40 micrometros /máximo 100 micrometros. CARACTERÍSTICAS: Tampo em MDF, com espessura de 25 mm, revestido na face inferior com laminado melamínico de baixa pressão (BP), e na face superior com laminado melamínico de alta pressão, de 0,8 mm de espessura, cor cinza ou branco, acabamento texturizado; Bordos encabeçados com perfil extrudado maciço de 180°, na cor cinza ou branco, com a mesma tonalidade do laminado do tampo, admitindo-se pequenas variações decorrentes das características de cada material (brilho, textura). O perfil deve ser encaixado e fixado com adesivo ao tampo, e ser nivelado com as suas superfícies. Estrutura constituída de: - Estrutura em aço carbono com dois pés, com trava em MDF entre os mesmos; - Fixação do tampo à estrutura através de parafusos de rosca com buchas metálicas; · Sapatas reguláveis em nylon ou polipropileno injetado; · Terminações de tubos em plástico injetado, na cor cinza ou preta, fixadas através de encaixe. Estas não devem poder ser retiradas sem o uso de ferramentas; · Acabamento das partes metálicas em pintura em pó, brilhante, na cor cinza ou preta; · Todos os encontros de tubos ou uniões de partes metálicas devem receber solda em toda a extensão da união. GARANTIA: · Mínima de dois anos contra defeitos de fabricação a partir da data de entrega, oxidação das partes metálicas e desgaste ou desprendimento de componentes.	UN	10

9. Estimativa do Valor de Contratação

Será realizado posteriormente, na fase de Solicitação e no Termo de Referência.

10. Justificativa Para Parcelamento ou Não da Solução

Nos termos da **Lei nº 14.133/2021**, o parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas a ampliar a competitividade e possibilitar a participação de um maior número de fornecedores.





No presente caso, verifica-se que os itens a serem adquiridos (armários, cadeiras, mesas e demais mobiliários escolares) possuem natureza comum e podem ser fornecidos de forma independente entre si, não havendo interdependência técnica que justifique sua contratação conjunta obrigatória. Dessa forma, o parcelamento do objeto em itens distintos mostra-se **tecnicamente viável**.

Sob o aspecto econômico, o parcelamento também se revela **vantajoso**, pois permite a participação de fornecedores especializados em diferentes tipos de mobiliário, ampliando a competitividade do certame e aumentando a probabilidade de obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Além disso, o parcelamento contribui para fomentar a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, em consonância com as diretrizes da **Lei Complementar nº 123/2006** e da **Lei Municipal nº 1.229/2025**, especialmente no que se refere ao incentivo ao desenvolvimento econômico local.

Diante do exposto, conclui-se que o objeto **deverá ser parcelado por itens**, considerando sua divisibilidade técnica e a vantagem econômica decorrente, sem prejuízo da padronização e da qualidade dos mobiliários a serem adquiridos.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Para esta solução, não há contratações que guardam relação/afinidade/dependência com o objeto da compra/contratação pretendida, sejam elas já realizadas ou contratações futuras.

12. Alinhamento Entre a Contratação e o Planejamento

Não está previsto no Plano de Contratações Anual – PCA, pelo motivo de que ele ainda não foi implantado no município. Porém, a contratação se faz necessária conforme as justificativas do item 4 deste ETP.

13. Resultados Pretendidos

Com a aquisição do mobiliário escolar, a Administração Pública pretende assegurar condições adequadas de infraestrutura nas unidades da rede municipal de ensino, promovendo ambientes mais organizados, seguros e confortáveis para alunos e profissionais da educação.





Espera-se, como resultado direto da contratação, a substituição de mobiliários danificados, obsoletos ou inadequados, bem como a complementação dos itens insuficientes, garantindo que todos os espaços escolares — incluindo salas de aula, refeitórios e ambientes administrativos — estejam devidamente equipados para o pleno desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Outro resultado relevante consiste na melhoria das condições de ergonomia e segurança, reduzindo riscos de acidentes e proporcionando maior conforto aos usuários. Isso contribui diretamente para o bem-estar dos estudantes e servidores, refletindo positivamente no desempenho escolar e na qualidade do ensino ofertado.

Adicionalmente, busca-se elevar a eficiência na prestação do serviço público educacional, uma vez que ambientes adequadamente estruturados favorecem a concentração, a permanência e o engajamento dos alunos nas atividades escolares, bem como melhores condições de trabalho para os profissionais da educação.

Por fim, pretende-se garantir maior durabilidade dos bens adquiridos, reduzindo a necessidade de manutenções frequentes e reposições em curto prazo, o que gera economicidade para a Administração e melhor aproveitamento dos recursos públicos, em conformidade com os princípios estabelecidos na **Lei nº 14.133/2021**.

14. Providências a Serem Adotadas

Não há.

15. Possíveis Impactos Ambientais

A aquisição de mobiliário escolar, embora não seja considerada atividade de alto impacto ambiental, pode gerar efeitos ao meio ambiente ao longo de todo o seu ciclo de vida, desde a produção até o descarte dos bens.

Na fase de fabricação, os principais impactos estão relacionados à extração de matérias-primas, especialmente madeira e metais, podendo contribuir para o consumo de recursos naturais e, eventualmente, para o desmatamento quando não há origem legal comprovada. Além disso, os processos industriais podem envolver consumo significativo de energia e emissão de poluentes atmosféricos, bem como utilização de produtos químicos (tintas, vernizes e solventes), que podem causar impactos ao solo, água e ar se não forem devidamente controlados.





No transporte e logística, há impactos associados à emissão de gases de efeito estufa decorrentes do deslocamento dos produtos até o município, especialmente se provenientes de regiões distantes, contribuindo para a pegada de carbono da contratação.

Durante a utilização, os impactos são reduzidos, porém podem ocorrer em razão da necessidade de manutenção ou substituição precoce, caso os materiais não apresentem durabilidade adequada. Já ao final da vida útil, o descarte inadequado dos mobiliários pode gerar resíduos sólidos, incluindo madeira, metais e componentes sintéticos, podendo sobrecarregar aterros sanitários ou causar danos ambientais.

Diante disso, a Administração deverá adotar medidas mitigadoras, como a exigência de materiais provenientes de fontes legalizadas, preferência por produtos duráveis e recicláveis, bem como incentivo a práticas sustentáveis por parte dos fornecedores, em conformidade com a legislação ambiental vigente e com os princípios da **Lei nº 14.133/2021**.

16. Fonte de Recurso

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes – 146, 103, 104

17. Viabilidade da Contratação

Este servidor declara **VIÁVEL** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

Alan Luiz Griebeler
Responsável pelo ETP

